

**Banco Randon S.A.**  
**Conglomerado Prudencial**

Demonstrações contábeis  
consolidadas em  
31 de dezembro de 2014

## **Conteúdo**

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial	3
Balanço patrimonial	5
Demonstração dos resultados	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis	9



**KPMG Auditores Independentes**  
Av. Borges de Medeiros, 2.233 - 8º andar  
90110-150 - Porto Alegre, RS - Brasil  
Caixa Postal 199  
90001-970 - Porto Alegre, RS - Brasil

Central Tel 55 (51) 3303-6000  
Fax 55 (51) 3303-6001  
Internet [www.kpmg.com.br](http://www.kpmg.com.br)

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial**

Ao Conselho de Administração e Acionistas do  
Banco Randon S.A.  
Caxias do Sul - RS

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Randon S.A., que compreendem o balanço patrimonial consolidado do Conglomerado Prudencial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e outras notas explicativas. Essas demonstrações contábeis de propósito especiais foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (Bacen), descritos na nota explicativa 2.

### **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis**

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280/2013, do CMN, e regulamentações complementares do Bacen, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na nota explicativa nº 3, assim como pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, elaboradas pela administração do Banco Randon S.A., de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280/2013, do CMN, e regulamentações complementares do Bacen, com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 - Considerações Especiais - Auditorias de Demonstrações Contábeis Elaboradas de Acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais. Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as referidas demonstrações estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis consolidadas para planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas, não, para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas

pela administração e a avaliação da apresentação dessas demonstrações contábeis consolidadas, tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião, sem ressalvas.

### **Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Randon S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findo naquela data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações contábeis do conglomerado prudencial previstas na Resolução nº 4.280/2013, do CMN, e regulamentações complementares do Bacen, para elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações.

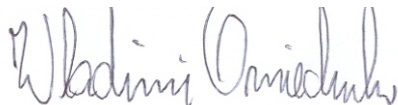
### **Ênfase**

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações contábeis, que divulgam:

- a.** As demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração da instituição para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280/2013, do CMN, e regulamentações complementares do Bacen. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações contábeis consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins; e
- b.** Por ser a primeira apresentação das demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial, a administração do Banco Randon S.A. optou pela faculdade prevista no § 2º do art. 10, da Circular nº 3.701, de 13 de março de 2014, do Bacen, e não estão sendo apresentadas, de forma comparativa, as demonstrações referentes às datas bases anteriores a 31 de dezembro de 2014.

Porto Alegre, 23 de março de 2015

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP014428/O-6



Wladimir Omiechuk  
Contador CRC RS-041241/O-2

**Banco Randon S.A. - Conglomerado Prudencial**

**Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2014**

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2014	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2014
<b>Circulante</b>		<b>372.481</b>	<b>Circulante</b>		<b>197.502</b>
Disponibilidades		480	Depósitos		1.423
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4	20.314	Depósitos a prazo	11	1.423
Aplicações no Mercado Aberto		20.314	<b>Obrigações por empréstimo</b>		<b>102.120</b>
<b>Tít. e valores mobiliários e instr. financ. derivativos</b>	5	<b>58.648</b>	Obrigações por empréstimos e repasses	12	102.064
Carteira própria		22.142	Empréstimos no país		56
Cotas de Fundos de Investimento		36.506	<b>Outras obrigações</b>		<b>93.959</b>
<b>Relações Interfinanceiras</b>		<b>29</b>	Cobrança e arrecad. de tributos e assemelhados		131
Créditos Vinculados		29	Sociais e estatutárias		18.044
<b>Operações de crédito</b>	6	<b>240.947</b>	Fiscais e previdenciárias		6.472
Setor privado		243.765	Recursos pendentes de receb. (grupos encerrados)	7	48.831
Provisão para op. de crédito de liq. duvidosa		(2.818)	Recursos não procurados		7.254
<b>Outros créditos</b>		<b>51.886</b>	Outras obrigações - diversas	13	13.227
Recursos pendentes de recebimento	7	48.831	<b>Exigível a longo prazo</b>		<b>309.966</b>
Outros créditos diversos	8	3.055	<b>Depósitos</b>		<b>30.412</b>
<b>Outros valores e bens</b>		<b>177</b>	Depósitos a Prazo	11	30.412
Despesas antecipadas		177	<b>Obrigações por empréstimo</b>		<b>212.719</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>		<b>267.288</b>	Obrigações por empréstimos e repasses	12	212.719
<b>Operações de crédito</b>	6	<b>216.583</b>	<b>Outras obrigações</b>		<b>66.835</b>
Setor privado		219.273	Provisão para contingências	14	129
Provisão para op. de crédito de liq. duvidosa		(2.690)	Outras obrigações - diversas	13	66.706
<b>Outros créditos</b>		<b>50.021</b>	<b>Resultado de exercícios futuros</b>		<b>781</b>
Outros créditos diversos	8	9.312	Resultado de exercícios futuros		781
Pagamentos a ressarcir	9	53.092	<b>Patrimônio líquido</b>	16	<b>133.513</b>
(-) Provisão com pagamentos a ressarcir	9	(12.383)	Capital		
<b>Outros valores e bens</b>		<b>684</b>	De domiciliados no país		105.000
Despesas antecipadas		603	Reservas de lucros		28.504
Outras valores e bens		81	Ajustes de avaliação patrimonial		9
<b>Permanente</b>		<b>1.993</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>641.762</b>
<b>Investimentos</b>		<b>32</b>			
<b>Imobilizado de uso</b>	10	<b>823</b>			
Imobilizado de uso		2.187			
Depreciações acumuladas		(1.364)			
<b>Intangível</b>	10	<b>1.138</b>			
Intangível		5.378			
Amortizações acumuladas		(4.240)			
<b>Total do ativo</b>		<b>641.762</b>			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Banco Randon S.A. - Conglomerado Prudencial

## Demonstração dos resultados

Semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de Reais, exceto lucro por lote de mil ações)

		2014	
	Nota	2o Semestre	Exercício
<b>Receitas da intermediação financeira</b>		<b>22.349</b>	<b>42.272</b>
Operações de crédito		19.063	35.605
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		3.286	6.667
<b>Despesas da intermediação financeira</b>		<b>(11.073)</b>	<b>(18.934)</b>
Operações de captação no mercado		(5.188)	(9.732)
Operações de empréstimos e repasses		(3.074)	(5.494)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(2.811)	(3.708)
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>		<b>11.276</b>	<b>23.338</b>
<b>Outras receitas/(despesas) operacionais</b>		<b>5.387</b>	<b>8.543</b>
Receitas de prestação de serviços	18	54.000	102.739
Rendas de tarifas bancárias		579	1.312
Despesas de pessoal	19	(9.086)	(17.894)
Outras despesas administrativas	20	(33.046)	(66.130)
Despesas tributárias		(6.801)	(13.049)
Outras receitas operacionais	21	2.147	4.504
Outras despesas operacionais	21	(2.406)	(2.939)
<b>Resultado operacional</b>		<b>16.663</b>	<b>31.881</b>
<b>Resultado não operacional</b>		<b>27</b>	<b>35</b>
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro</b>		<b>16.690</b>	<b>31.916</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>		<b>(5.566)</b>	<b>(11.091)</b>
Provisão para imposto de renda	17	(4.795)	(8.928)
Provisão para contribuição social	17	(2.310)	(4.255)
Ativo fiscal diferido	17	1.539	2.092
<b>Lucro líquido do semestre/exercício</b>		<b>11.124</b>	<b>20.825</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Banco Randon S.A. - Conglomerado Prudencial

### Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de Reais)

	Nota	Reserva de lucros			Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros/ (prejuízos) acumulados	Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros			
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2014</b>		105.000	92	23.644	17	-	128.753
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	20.825	20.825
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	(8)	-	(8)
Destinações:							-
Dividendos complementares AGE de 14.04.2014	16	-	-	(87)	-	-	(87)
Dividendos						(15.970)	
Reserva Legal		-	318	-	-	(318)	-
Reserva geral de lucros		-	-	4.537	-	(4.537)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>		<u>105.000</u>	<u>410</u>	<u>28.094</u>	<u>9</u>	<u>-</u>	<u>149.483</u>
<i>Mutações do exercício</i>		<u>-</u>	<u>318</u>	<u>4.450</u>	<u>(8)</u>	<u>-</u>	<u>20.730</u>
<b>Saldos em 1º de julho de 2014</b>		105.000	269	23.557	17	9.524	138.367
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	11.124	11.124
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	(8)	-	(8)
Destinações:							-
Dividendos	16	-	-	-	-	(15.970)	(15.970)
Reserva Legal		-	141	-	-	(141)	-
Reserva geral de lucros		-	-	4.537	-	(4.537)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>		<u>105.000</u>	<u>410</u>	<u>28.094</u>	<u>9</u>	<u>-</u>	<u>133.513</u>
<i>Mutações do semestre</i>		<u>-</u>	<u>141</u>	<u>4.537</u>	<u>(8)</u>	<u>(9.524)</u>	<u>(4.854)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Banco Randon S.A. - Conglomerado Prudencial

## Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

Semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de Reais)

	2014	
	2o Semestre	Exercício
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Lucro líquido do semestre</b>	<b>11.124</b>	<b>20.825</b>
Ajustes ao resultado:		
Constituição de provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	2.811	3.709
Créditos baixados para prejuízo	(32)	(357)
Depreciações e amortizações	296	588
Reversões com comissões	613	1.606
Perdas com empréstimos	2.350	2.209
Perdas com investimentos	46	201
Outras provisões operacionais	(973)	(958)
Custo dos ativos baixados	1	9
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.112)	(1.665)
Alienação de imobilizado de uso	41	70
	<b>15.165</b>	<b>26.237</b>
<b>Variações nos ativos e passivos</b>		
Títulos e valores mobiliários	(10.116)	(16.773)
Relações interfinanceiras	(17)	762
Operações de crédito	(42.923)	(118.220)
Outros créditos	(296)	(3.692)
Depósitos a prazo	1.651	21.519
Obrigações por empréstimos e repasses	34.500	72.810
Outras obrigações	1.749	3.128
Outros valores e bens	108	344
Resultados de exercícios futuros	22	325
Ajuste de avaliação patrimonial	(8)	(8)
	<b>(15.330)</b>	<b>(39.805)</b>
<b>Caixa líquido (utilizado nas) atividades operacionais</b>	<b>(165)</b>	<b>(13.568)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Aquisição de imobilizado de uso	(257)	(549)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de investimento</b>	<b>(257)</b>	<b>(549)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Obrigações por empréstimos e repasses		
Recursos provenientes de dívida subordinada	3.514	6.506
Aumento de capital	-	-
Dividendos pagos	-	(12.227)
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos</b>	<b>3.514</b>	<b>(5.721)</b>
<b>Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>3.092</b>	<b>(19.838)</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>		
No início do semestre/exercício	17.702	40.632
No fim do semestre/exercício	20.794	20.794
<b>(Redução) / aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>3.092</b>	<b>(19.838)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## **Notas explicativas às demonstrações contábeis**

*(Em milhares de Reais)*

### **1 Contexto operacional**

O Banco Randon S.A. ("Banco") foi constituído em 26 de outubro de 2009 e autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 14 de dezembro de 2009. Suas atividades operacionais tiveram início em 20 de julho de 2010.

O Banco está autorizado a operar com as carteiras comercial, de crédito, financiamento e investimento e de arrendamento mercantil. Atualmente, as operações do Banco são voltadas às oportunidades geradas pelo conglomerado econômico financeiro, formado pelas empresas Randon no tocante a repasses de crédito BNDES-FINAME, crédito ao consumidor (CDC), financiamentos e empréstimos de capital de giro.

A Randon Administradora de Consórcios Ltda. ("Administradora"), tem como objetivo a administração de grupos de consórcio para aquisição de bens de consumo duráveis. Os recursos recebidos dos grupos de consórcio são utilizados na aquisição dos bens, sendo o excedente aplicado no mercado financeiro.

### **2 Apresentação das demonstrações contábeis**

As demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração da instituição para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280/2013, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN. Conseqüentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações contábeis consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas - Balanço Prudencial, o Banco como entidade controladora consolidou suas Demonstrações contábeis com as da Administradora de Consórcio, somando os saldos de itens de mesma natureza, e eliminando o efeito de eventuais transações entre as entidades envolvidas. As demonstrações consolidadas foram elaboradas utilizando-se políticas contábeis uniformes para transações e eventos similares.

Por ser a primeira apresentação das demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial, a administração do Banco optou pela faculdade prevista no § 2º do art. 10, da Circular nº 3.701, de 13 de março de 2014, do BACEN, e não estão sendo apresentadas, de forma comparativa, as demonstrações referentes às datas bases anteriores a 31 de dezembro de 2014.

As Demonstrações contábeis do semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram aprovadas pela Diretoria em reunião realizada na data de 02 de março de 2015.

### **3 Resumo das principais práticas contábeis**

#### **a. Moeda funcional e de apresentação**

As Demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional das Instituições intergrantes do Conglomerado Prudencial.

**b. Apuração do resultado**

As receitas e despesas do Banco são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro-rata* dia para as de natureza financeira, as quais são calculadas com base no modelo exponencial. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

A taxa de administração dos grupos de consórcio é reconhecida como receita na Administradora por ocasião do recebimento das parcelas conforme art. 8º, § 2º da Circular nº 2.381/1993 do Banco Central do Brasil. As despesas de comissões de vendas das cotas de consórcio são apropriadas ao resultado por ocasião dos recebimentos das parcelas dos consorciados pela qual as comissões estão vinculadas e classificadas na rubrica outras despesas administrativas. As demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência mensal.

**c. Caixa e equivalentes de caixa - Demonstração dos fluxos de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda e aplicações interfinanceiras de liquidez cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

A demonstração do fluxo de caixa pelo método indireto foi preparada e apresentada de acordo com o CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

**d. Aplicações interfinanceiras de liquidez**

No Banco, representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

**e. Títulos e valores mobiliários**

De acordo com a Circular n.º 3.068 de 08 de novembro de 2001 do BACEN e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação da Administração em três categorias específicas atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- (i) **Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- (ii) **Títulos disponíveis para a venda** - Que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido deduzidos dos efeitos tributários; e
- (iii) **Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

**f. Operações de crédito**

No Banco, estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00.

As operações de crédito prefixadas estão contabilizadas pelo valor até o vencimento reduzidas das rendas a apropriar, que são calculado pelo método exponencial e apropriadas ao resultado, segundo regime de competência.

A atualização (“accrual”) das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, são mantidas em rendas a apropriar.

As baixas das operações de crédito contra prejuízo (“write-offs”) são efetuadas após decorridos seis meses de sua classificação no rating “H”, desde que apresentem atraso superior a 180 dias. O controle destes valores ocorre em contas de compensação por no mínimo cinco anos, não sendo mais registradas em contas patrimoniais.

Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos prazos, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

**g. Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

No Banco, a provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos pelo Bacen nas Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas quando da data da renegociação. As renegociações que já haviam sido baixadas contra provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível “H” e as eventuais receitas provenientes de renegociações somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer e reclassificação da operação para categoria de menor risco.

**h. Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo**

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias “pro rata” dia incorridos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar, quando aplicáveis.

**i. Investimentos**

Na Administradora, os investimentos são avaliados pelo custo, líquido de provisão para perdas, quando aplicável.

**j. Imobilizado de uso**

Demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota 10, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

**k. Intangível**

Corresponde a direitos adquiridos (licenças de uso de software) que tem por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção. Está demonstrado aos valores de custo de aquisição, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, pelo método linear.

**l. Redução ao valor recuperável de ativo**

Na Administradora, o imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

**m. Depósitos a prazo**

No Banco, estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

**n. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais**

De acordo com a Resolução CMN nº 3.823/2009:

- Ativos contingentes - São reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem sua realização.
- Passivos contingentes - São representados por obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros. A provisão é reconhecida para a parte da obrigação para a qual é provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos.

São constituídas provisões levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevante, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

- Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutivo é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

**o. Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)**

Os valores demonstrados incluem, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em base “pro rata dia”) e incorridos, assim como, provisão para perda, quando julgada necessária.

**p. Créditos tributários, impostos e contribuições**

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

Os créditos e obrigações tributárias diferidas referentes ao imposto de renda e contribuição social são constituídos sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal. De acordo com o disposto na Circular BACEN nº. 3.171/02, a expectativa de realização dos referidos créditos e obrigações da instituição, conforme demonstrado na Nota 17 está baseada em projeção de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico revisado e atualizado em dezembro de 2014.

**q. Resultado de exercícios futuros**

No Banco, referem-se a receitas de operações de crédito recebidas antecipadamente, que serão reconhecidas conforme os prazos dos contratos de financiamentos.

**r. Resultado por ação**

O lucro líquido por ação é calculado em Reais com base na quantidade de ações em circulação, na data dos balanços.

**s. Estimativas**

Na elaboração das Demonstrações contábeis é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As informações financeiras do Banco incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, outras provisões e projeções de realização de créditos tributários. As informações financeiras da Administradora incluem o valor residual do ativo imobilizado, imposto de renda diferido ativo, provisão para perda a valor de mercado de imóveis destinados a venda, provisão para perda de créditos de liquidação duvidosa e provisão para perda em aplicações em cotas de consórcios. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

**t. Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários**

O Banco e a Administradora são patrocinadores de plano de previdência complementar, do tipo contribuição definida (Nota 24) com benefício mínimo garantido, que tem como objetivo principal a suplementação de benefícios assegurados e prestados pela previdência social aos seus empregados. O referido plano contempla os seguintes benefícios: aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, pensão por morte, benefício proporcional e benefícios mínimos garantidos. O plano de benefício é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, por atuário independente, para verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos atuais e futuros. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos imediatamente no patrimônio líquido, no grupo de resultados abrangentes, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 33 - Benefício a Empregados.

Os custos de patrocínio de plano de pensão da Administradora são reconhecidos como despesas no momento em que são realizadas as contribuições.

**u. Outros benefícios a empregados**

Outros benefícios concedidos a empregados e administradores incluem, em adição à remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias, 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros e plano de previdência privada - contribuição definida, (Nota 24). Esses benefícios são registrados no resultado do exercício por ocorrência de uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

## **4 Aplicações interfinanceiras de liquidez**

2014

Títulos para negociação

Letras do tesouro nacional (LTN)

20.314

20.314

O valor de mercado dos títulos públicos federais foram obtido através da utilização de preços divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA.

## 5 Títulos e valores mobiliários

	2014	
	Valor de mercado (contábil)	Valor de custo
<b>Títulos para negociação</b>		
Letras financeiras do tesouro (LFT)	22.142	22.142
Fundos de investimento	4.567	4.567
Certificado de depósito bancário (CDB Pós Fixado)	8.814	8.814
Debêntures Compromissadas	23.125	23.125
Total	58.648	58.648

O valor de mercado dos títulos públicos federais foi apurado com base na cotação obtida na Associação Brasileira de Entidades de Mercado Financeiro e de Capitais - ANBIMA.

De acordo com a Circular n.º 3.068 de 08 de novembro de 2001 do BACEN os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos para negociação devem ser apresentados no ativo circulante, independente do prazo de vencimento.

## 6 Operações de crédito

As informações da carteira em 31 de dezembro de 2014 são assim sumarizadas:

### a. Composição da carteira por modalidade

	2014	
	R\$	% sobre total da carteira
Empréstimos (a)	11.851	2,56
Títulos descontados	7.763	1,68
Financiamentos (b)	443.424	95,76
Total	463.038	100,00
Circulante	243.765	52,64
Realizável a longo prazo	219.273	47,36
Total	463.038	100,00

(a) Composto por operações de empréstimo capital de giro.

(b) Composto por operações de financiamento com recursos BNDES/FINAME, CDC, Vendor e Compro (Floor Plan).

**b. Diversificação da carteira por vencimento**

	2014	
	R\$	%
Vencidos:	6.571	1,41
A vencer:		
Até 90 dias	143.960	31,09
De 91 até 360 dias	93.234	20,14
Acima de 361 dias	219.273	47,36
Total	463.038	100,00
Total		
Provisão p/ créditos de liq.duvidosa-curto prazo	(2.818)	51,16
Provisão p/ créditos de liq.duvidosa-longo prazo	(2.690)	48,84
Total Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(5.508)	100,00
Total da carteira líquida	457.530	

**c. Diversificação da carteira por nível de concentração**

	2014	
	R\$	% sobre total da carteira
Principal devedor	11.405	2,46
20 maiores devedores seguintes	106.318	22,96
Demais devedores	345.315	74,58
Total	463.038	100,00

**d. Composição da carteira por nível de risco**

	2014		
Nível de Risco	Percentual de Provisão	Valor da Carteira R\$	Valor da Provisão R\$
AA	0,0%	20.802	-
A	0,5%	363.140	1.817
B	1,0%	60.800	608
C	3,0%	10.600	318
D	10,0%	4.764	476
E	30,0%	184	55
F	50,0%	931	465
G	70,0%	161	113
H	100,0%	1.656	1.656
Total		463.038	5.508

### Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2014	
	Semestre	Exercício
Saldo inicial	2.728	2.156
Constituição de provisão	6.777	8.762
Reversão de provisão	(3.965)	(5.053)
Créditos baixados contra prejuízo (a)	(32)	(357)
Saldo final	5.508	5.508

(a) Os créditos baixados contra prejuízo obedecem as práticas contábeis descritas na nota 3.f

### e. Composição da carteira de operações de crédito por indexador

	2014	
	R\$	%
Operações pré-fixadas	429.877	92,84
Operações pós-fixadas	33.161	7,16
Total	463.038	100,00

### f. Composição da carteira de operações de crédito por atividade econômica e tipo de cliente

	2014	
	R\$	%
Indústria	22.339	4,82
Comércio	114.073	24,64
Serviços	325.600	70,32
Pessoa jurídica	462.012	99,78
Pessoa física	1.026	0,22
Total	463.038	100,00

**g.** Em 31 de dezembro de 2014 não ocorreram recuperações de créditos anteriormente baixados como prejuízo.

**h.** No semestre findo em 31 de dezembro de 2014 foram renegociadas operações no total de R\$ 14.474. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram renegociados o equivalente a R\$ 20.142.

## 7 Recursos pendentes de recebimento

Na Administradora, referem-se a recursos a receber oriundos de cobrança judicial decorrentes de encerramentos dos grupos transferidos para a Administradora, conforme determina a Circular n. 3.432/09 do Banco Central do Brasil, sendo que, as respectivas obrigações de ratear os valores proporcionalmente entre os beneficiários, quando recuperados, estão registradas na conta de recursos pendentes de recebimento no passivo.

## 8 Outros créditos - Diversos

	<b>2014</b>
<b>Circulante</b>	
Créditos tribut. de impostos e contribuições (Nota 17)	860
Adiantamentos diversos (a)	68
Devedores diversos - país (b)	47
Devedores diversos	1.171
Devedores por conta de valores e bens (c)	88
Direitos por adiantamentos a terceiros (e)	784
Impostos a compensar	156
Adiantamento e antecipações salariais	89
Rendas a receber	114
Provisão para perdas devedores por compra de valores e bens (d)	(88)
Provisão para perda de devedores diversos	(234)
	3.055
<b>Total Circulante</b>	
<b>Realizável a longo prazo</b>	
Créditos tribut. de impostos e contribuições (Nota 17)	9.291
Depósitos judiciais	19
Ativos líquidos do benefício definido RANDONPREV (Nota 24)	2
	9.312
<b>Total Realizável a longo prazo</b>	
	12.367

- (a) O saldo de adiantamentos diversos refere-se a adiantamentos e antecipações salariais; adiantamentos de viagens e adiantamentos a fornecedores.
- (b) Os valores de devedores diversos-país referem-se a valores a receber por venda de bens não de uso próprio.
- (c) Referem-se a valores a receber pela venda parcelada de cotas de consórcio contempladas do segmento imóveis de propriedade da própria Administradora e valores a receber pelo repasse de participação societária.
- (d) A Administradora constitui provisão para perda em títulos e créditos a receber de acordo com os critérios estabelecidos pela Administradora, tendo como base a classificação das operações em níveis de risco, de acordo com sua inadimplência.
- (e) Referem-se a adiantamentos concedidos a fornecedores, relativos a recursos antecipados de grupos de consórcios, efetuados de acordo com a Carta-Circular n. 3.047/02 do Banco Central do Brasil, sendo que as respectivas antecipações estão registradas na conta de obrigações por adiantamentos de terceiros. Valor também é apresentado na nota explicativa nº 13 d (Outras obrigações diversas) e na nota nº 22 a (Transações com partes relacionadas).

## 9 Pagamentos a ressarcir

Na Administradora estão assim representados:

	<b>2014</b>
Empréstimos a grupos encerrados (a)	27.732
Cotas adquiridas de grupos em andamento (b)	25.360
	53.092
<b>Total</b>	
(-) Provisão para perda com empréstimos a grupos encerrados (a)	(12.383)
	40.709
<b>Total</b>	

- (a) Referem-se a empréstimos realizados a grupos de consórcios administrados pela Administradora e a respectiva provisão de perda constituída pela Administradora conforme a avaliação da realização destes empréstimos através da análise da situação financeira dos grupos que tomadores.
- (b) Referem-se a cotas de consórcio dos grupos de imóveis e outros bens, administrados pela própria Administradora. Em 31 de dezembro de 2014 o saldo em aberto estava composto de investimentos nos seguintes segmentos de consórcios:

Segmento	<b>2014</b>
Bens imóveis	10.892
Bens móveis	<u>14.468</u>
<b>Total</b>	<u><u>25.360</u></u>

Os valores referem-se em 31 de dezembro de 2014 a investimentos em grupos de imóveis e em grupos de bens móveis, sendo eles: automóveis, máquinas e equipamentos agrícolas, carrocerias, caminhões e ônibus.

Em atendimento a Lei nº 11.795, de 08 de outubro de 2008, os créditos correspondentes a participação da Administradora em grupos de consórcios por ela administrados são atribuídos após a contemplação de todos os demais consorciados do grupo, sendo desta forma integralmente registrada em ativo não circulante.

## 10 Imobilizado de uso e intangível

	2014			<b>Taxas anuais médias de depreciação %</b>
	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Líquido	
<b>Imobilizado de uso</b>				
Móveis e utensílios e instalações	890	(574)	316	8,6 a 10
Equipamentos de informática	1.022	(742)	280	15,1 a 20
Sistemas de transporte	235	(34)	201	10 a 20
Outras imobilizações	<u>40</u>	<u>(14)</u>	<u>26</u>	10 a 20
<b>Total</b>	<b>2.187</b>	<b>(1.364)</b>	<b>823</b>	
<b>Intangível</b>				
Sistemas de processamento de dados	5.084	(4.073)	1.011	15,3
Sistema de comunicação	11	-	11	-
Software e licença de uso	<u>283</u>	<u>(167)</u>	<u>116</u>	20
<b>Total</b>	<b>5.378</b>	<b>(4.240)</b>	<b>1.138</b>	
<b>Total imobilizado de uso e intangível</b>	<u><u>7.565</u></u>	<u><u>(5.604)</u></u>	<u><u>1.961</u></u>	

## 11 Depósitos a prazo

Em 31 de dezembro de 2014 os depósitos a prazo estavam sendo remunerados à taxas que variam de 85% a 100% do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI), sem restrição de resgate e que possuem a seguinte distribuição de vencimentos:

	2014				Total
	Circulante	Realizável a longo prazo			
	Até 12 meses	De 12 a 24 meses	De 24 a 36 meses	Acima de 36 meses	
Depósitos a prazo	1.423	2.054	11.880	16.478	31.835
Total	1.423	2.054	11.880	16.478	31.835

## 12 Obrigações por empréstimos e repasses

	2014			
	Até 3 meses	De 3 até 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Repasses no País - Finame	25.055	77.009	212.719	314.783
Total	25.055	77.009	212.719	314.783

Os recursos internos para repasses no País representam captações de recursos junto à Agência Especial de Financiamento Industrial - Finame por intermédio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. As operações contratadas, observadas as características de cada programa, possuem vencimentos mensais e trimestrais até o ano de 2019. Tais recursos são repassados nos mesmos prazos e taxas de captação do programa acrescidos da comissão de repasse.

## 13 Outras obrigações - diversas

	2014
Circulante	
Provisão para pagamentos a efetuar (a)	774
Credores diversos - país	903
Saldo remanescente de grupos a pagar (b)	3.919
Provisões diversas (c)	5.100
Provisão para pagamentos a efetuar	1.550
Fornecedores	152
Obrigações por adiantamento a terceiros (d)	784
Outros débitos	45
Total circulante	13.227
Realizável a longo prazo	
Dívidas subordinadas elegíveis a capital (e) (Notas 15 e 22 )	66.706
Total realizável a longo prazo	66.706
	79.933

(a) Referem-se a despesas de pessoal, provisões de encargos e outras despesas administrativas a pagar.

- (b) Referem-se a obrigações decorrentes de encerramentos dos grupos de consórcio cujos recursos foram transferidos para a Administradora, conforme determina a Circular nº 3.432/09 do Banco Central do Brasil, atualizadas de acordo com os rendimentos proporcionados pelas aplicações dos recursos.
- (c) Referem-se a provisões comerciais para gastos que serão pagas a fornecedores e despesas com comissões que serão pagas sobre as vendas do período.
- (d) Referem-se a adiantamentos recebidos de grupos de consórcio que foram concomitantemente repassados na forma de adiantamentos concedidos a fornecedores, conforme mencionado na nota nº 8 d.
- (e) Em 17 de dezembro de 2013, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.192/13 o Banco efetuou operação de captação, através de emissão de Letra Financeira Subordinada junto a Randon S.A. Implementos e Participações, controladora do Grupo Randon. A captação de recursos no valor de R\$ 60.000, com vencimento em 15 de dezembro de 2023, possui remuneração mensal de 100% do CDI, pagos semestralmente a partir de 09/07/2019.

## 14 Provisão para contingências

As empresas que compõem o Conglomerado Prudencial são partes em ações judiciais e processos administrativos, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, previdenciárias e outros assuntos.

Com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, é constituída a provisão para contingência tendo em vista a existência de ações judiciais com probabilidade de perda provável.

Os montantes de ações judiciais com perda provável e possível, com valores atualizados:

Natureza	Provável	Possível
Trabalhista	129	68
Cível	-	112
Tributária	-	49
Total	129	229

### Movimentação da provisão para passivo contingentes

	2014	
	2º Semestre	Exercício
Saldo inicial	100	100
Constituição de provisão	29	29
Total	129	129

## 15 Dívida subordinada

Em 17 de dezembro de 2013, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.192/13 o Banco efetuou operação de captação, através de emissão de Letra Financeira Subordinada junto a Randon S.A. Implementos e Participações, controladora do Grupo Randon. A captação de recursos no valor de R\$ 60.000, com vencimento em 15 de dezembro de 2023, possui remuneração mensal de 100% do CDI, pagos semestralmente a partir de 9 de julho de 2019. Em 31 de dezembro de 2014, o valor atualizado da dívida subordinada é de R\$ 66.706.

## 16 Patrimônio líquido

### (i) Capital social

O capital social do Banco é de R\$ 75.000, representado por 39.823.221 ações ordinárias e 39.823.221 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal em 31 de dezembro de 2014.

O capital social da Administradora é de R\$ 30.000, representado por 30.000.000 quotas, no valor nominal de R\$1,00 cada em 31 de dezembro de 2014.

### (ii) Dividendos

#### a. Banco

As ações do capital social são asseguradas à distribuição de dividendos mínimos, obrigatórios, correspondente a 25% do lucro líquido ajustado de cada período. O dividendo será pago dentro do exercício em que for declarado quando houver lucros passíveis de distribuição.

Em 14 de abril de 2014, foram pagos dividendos, aprovados na Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 14 de abril de 2014, relativos à data-base 31 de dezembro de 2013 no valor de R\$ 524, sendo dividendos complementares R\$ 87.

Demonstração do cálculo dos dividendos:

	2014	2013
Lucro líquido do exercício	6.367	3.853
Prejuízo acumulados	-	(2.013)
(-) Reserva legal	<u>(318)</u>	<u>(92)</u>
Base de cálculo dos dividendos	6.049	1.748
Dividendos limitados a 25% da base	<u>1.512</u>	<u>437</u>

#### b. Administradora

Em reunião de quotistas ocorrida em 15 de dezembro de 2014, foi aprovada a destinação da totalidade dos lucros relativos ao exercício 2014 apurado no valor de R\$ 14.458.

### (iii) Reserva legal

No Banco a reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício limitada até 20% do capital social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404.

### (iv) Reservas estatutárias

As reservas estatutárias são constituídas com o saldo remanescente do lucro líquido, após a distribuição dos dividendos e da constituição da reserva legal, e destina-se a investimentos e a manutenção do capital de giro, a qual terá o limite de 80% (oitenta por cento) do capital social.

## 17 Imposto de renda e contribuição social

### a. Banco

*Demonstração do imposto de renda e da contribuição social incidente sobre as operações do semestre e exercício*

	2014	
	2º Semestre	Exercício
Base de cálculo imposto de renda		
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	4.572	10.346
Adições permanentes	111	150
Adições temporárias	3.191	5.130
Exclusões temporárias	(1.258)	(1.909)
Base de cálculo do imposto de renda corrente	6.616	13.717
Base de cálculo da contribuição social sobre lucro líquido		
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	4.572	10.346
Adições permanentes	118	165
Adições temporárias	3.191	5.130
Exclusões temporárias - CSLL	(1.258)	(1.909)
Base de cálculo da contribuição social corrente	6.623	13.732
Impostos de renda - 25%	(1.642)	(3.405)
Contribuição social - 15%	(994)	(2.060)
Incentivos fiscais - PAT	39	82
Incentivos fiscais - Outros	73	116
Imposto de renda e contribuição social corrente	(2.524)	(5.267)
Imposto de renda e contribuição social provisão diferida	4	2
Imposto de renda e contribuição social diferidos	769	1.286
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(1.751)	(3.979)

**b. Administradora**

***Demonstração do imposto de renda e da contribuição social incidente sobre as operações do semestre e exercício***

	<b>2014</b>	
	<b>2º Semestre</b>	<b>Exercício</b>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	12.118	21.570
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal de 25% e 9%, respectivamente	(4.119)	(7.333)
Adições permanentes	(91)	(240)
Exclusões permanentes	288	333
Outros ajustes	107	128
<b>Total</b>	<b>(3.815)</b>	<b>(7.112)</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(4.585)	(7.918)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	770	806
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(3.815)	(7.112)

**c. Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos e previsão de realização dos créditos tributários**

A movimentação dos créditos tributários no exercício é como segue:

	<b>Saldo em</b>			<b>Saldo em</b>
	<b>01/01/2014</b>	<b>Constituição</b>	<b>Reversão</b>	<b>31/12/2014</b>
Adições temporárias				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.117	3.647	(2.418)	2.346
Receitas diferidas	182	4.715	(4.585)	312
Provisão para perda de outros valores e bens	9	-	-	9
Provisão para perda de outros créditos	30	-	(1)	29
Provisão para perda de pagamentos a ressarcir	3.610	809	(209)	4.210
Provisão para pagamento de devedores diversos	827	68	(4)	891
Provisão para comissões	1.094	11.832	(11.286)	1.640
Provisão para contingências	34	70	(60)	44
Outros	1.151	1.687	(2.168)	670
<b>Ativo fiscal diferido (Nota 8)</b>	<b>8.054</b>	<b>22.828</b>	<b>(20.731)</b>	<b>10.151</b>

Baseada no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados de acordo com as normas aplicáveis as empresas que compõem o Conglomerado Prudencial estimam recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

Ano	<b>2014</b>
2015	860
2016	5.268
2017	1.683
2018	1.191
2019	1.149
	<b>10.151</b>

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício.

O valor presente dos créditos tributários, calculados em cada empresa considerando a taxa média de captação e taxa média de inflação, montam R\$ 2.106 e R\$ 6.507, com uma taxa média de 11,65% e 5,5% a.a, respectivamente, com base nas projeções definidas pelo Banco e Administradora.

## 18 Receitas de prestação de serviços

Na Administradora refere-se, basicamente, a taxa de administração cobrada dos grupos de consórcio.

A taxa de administração é cobrada dos participantes dos grupos, no ato do recebimento das prestações mensais para aquisição de bens, em média de 12,23% sobre o valor da referida contribuição.

## 19 Despesas de pessoal

	2014	
	2º Semestre	Exercício
Despesas de honorários	920	1.715
Despesas de pessoal - benefício	560	1.028
Despesas de pessoal - proventos	5.310	10.434
Despesas de pessoal - encargos sociais	2.162	4.403
Despesas de pessoal - treinamento	134	314
	9.086	17.894
Total	9.086	17.894

## 20 Outras despesas administrativas

	2014	
	2º Semestre	Exercício
Comissões sobre vendas	19.408	39.389
Serviços de terceiros	2.228	4.030
Propaganda e publicidade	1.156	2.424
Perdas com empréstimos a grupos	1.265	2.711
Despesas de aluguéis	220	426
Despesas de processamento de dados	714	1.419
Participação dos empregados	810	2016
Despesas de serviços do sistema financeiro	177	332
Despesas de comunicação	379	690
Despesas de viagens	735	1.372
Despesas de depreciação e amortização	296	588
Despesas de manutenção e conservação de bens	931	1.912
Despesas de promoções e relações públicas	3.236	6.216
Outras despesas administrativas	1.491	2.605
	33.046	66.130
Total	33.046	66.130

## 21 Outras receitas e despesas operacionais

	2014	
	2º Semestre	Exercício
Receita de equalização de taxa BNDES PSI2012/09	66	132
Taxa de manutenção de consorciados não localizados	431	881
Outras receitas operacionais	32	555
Reversão de provisões operacionais	508	787
Multas e juros recebidos	641	1.122
Variações monetárias ativas	469	1.027
	<b>2.147</b>	<b>4.504</b>
Despesa com processos judiciais	(5)	(11)
Despesa provisões operacionais	(2.276)	(2.602)
Despesas com multas e juros	(41)	(72)
Despesa com comissão	-	(141)
Outras despesas	(84)	(113)
	<b>(2.406)</b>	<b>(2.939)</b>
Total de outras receitas operacionais	<b>2.147</b>	<b>4.504</b>
Total de outras despesas operacionais	<b>(2.406)</b>	<b>(2.939)</b>

## 22 Transações com partes relacionadas

(a)

	2014		
	Ativo (passivo)	Receita (despesa)	Receita (despesa)
	Exercício	2º semestre	Exercício
<b>Randon S.A. Implementos e Participações</b>			
Depósitos a prazo (Passivo)	(25.039)	-	-
Despesas com depósitos a prazo - ligadas	-	(1.319)	(2.437)
Dívida subordinada	(66.706)	(3.514)	(6.506)
Fornecedores	(5)	(1.420)	(2.961)
	<b>(91.778)</b>	<b>(224)</b>	<b>(600)</b>
<b>Outras empresas do Grupo Randon</b>			
Bônus por financiamento (Resultado de exercícios futuros) (a)	(781)	-	-
Receita de bônus por financiamento	-	6.109	11.450
Outros Créditos	753	(80)	(146)
	<b>(91.778)</b>	<b>(224)</b>	<b>(600)</b>
<b>Total</b>	<b>(91.778)</b>	<b>(224)</b>	<b>(600)</b>

(a) Referem-se a bônus pago pelas empresas do Grupo Randon ao Banco para incentivo aos financiamentos de seus clientes nas modalidades de financiamento de Vendor e Compropr (Floor Plan).

As operações com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Os grupos de consórcio possuem adiantamentos a fornecedores em aberto com a Randon S.A. Implementos e Participações (controladora), no montante de R\$ 784. A Randon S.A. Implementos e Participações (controladora) possui investimentos em cotas de grupos de consórcios mantidos pela Administradora, no montante de R\$ 10.101.

(b) A remuneração do pessoal chave da Administração paga no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2014 foi, respectivamente, R\$ 968 e R\$ 1.724 (R\$ 1.442 em 2013), referente à benefícios de curto prazo e de R\$ 26 referente a benefícios de longo prazo.

O Banco não disponibiliza outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

A Administradora não pagou rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

## **23 Instrumentos financeiros derivativos**

Em 31 de dezembro de 2014 o Banco e a Administradora não possuem operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos em aberto.

## **24 Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários**

As empresas que compõem o Conglomerado Prudencial são patrocinadoras do RANDONPREV - Plano de Pensão, que tem como objetivo principal a suplementação de benefícios assegurados e prestados pela previdência social aos seus empregados. O plano de suplementação é do tipo contribuição definida de aposentadoria para seus funcionários, com regime financeiro de capitalização.

O plano é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, por atuário independente, para verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos atuais e futuros. As contribuições efetuadas em 31 de dezembro de 2014 montaram R\$ 299.

O valor justo dos ativos do plano foi apurado com base nos parâmetros de mercado existentes no final do exercício de 31 de dezembro de 2014 ou, quando aplicável, pela projeção dos benefícios futuros derivados da utilização do ativo, descontada a valor presente. A obrigação atuarial no final do exercício foi determinada com base nos cálculos do atuário independente utilizando-se o método da unidade de crédito projetada.

O Banco e a Administradora oferecem plano de benefício definido que substancialmente cobre todos os seus empregados, sendo que as contribuições são feitas a fundos separados dos fundos próprios da Instituição.

As tabelas a seguir apresentam um resumo dos componentes da despesa de benefício líquido reconhecida na demonstração do resultado, bem como do status e dos valores reconhecidos no balanço patrimonial:

	<b>2014</b>
<b>Despesa líquida com benefícios (reconhecida no custo de vendas)</b>	
Custo do serviço corrente	15
Custo dos juros sobre as obrigações de benefícios	14
Receita de juros sobre ativos do plano	(12)
Juros sobre o surávit irrecuperável	<u>5</u>
<b>Custo do benefício definido no resultado</b>	<u>22</u>
Rendimento real dos ativos do plano	<u>53</u>

**Ativo (passivo) de benefícios**

	<b>2014</b>
Obrigação com benefícios definidos	(186)
Valor justo dos ativos do plano	292
Ajuste devido	<u>(104)</u>
<b>Ativo de benefícios</b>	<b><u>2</u></b>

No exercício de 2014, as movimentações no valor presente de obrigação com benefício definido são os seguintes:

<b>Saldo das obrigações com benefício definido no final do exercício 2013</b>	153
Custo de juros	19
Custo do serviço corrente	15
Perdas (ganhos) atuariais sobre obrigações	<u>(1)</u>
<b>Saldo das obrigações com benefício definido no final do exercício 2014</b>	<b><u>186</u></b>

As movimentações no valor justo dos ativos do plano são as seguintes:

<b>Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2013</b>	206
Retorno real dos investimentos	64
Contribuição do empregador	<u>22</u>
<b>Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2014</b>	<b><u>292</u></b>

As principais categorias dos ativos do plano com uma porcentagem do valor justo dos ativos totais do plano são as seguintes:

	<b>2014</b>
Ações no Brasil	75
Títulos no Brasil	<u>217</u>
	<b><u>292</u></b>

A taxa total esperada de rendimento de ativos é apurada com base nas expectativas de mercado existentes naquela data, aplicável ao período ao longo do qual a obrigação deve ser liquidada. Essas expectativas estão refletidas nas principais premissas abaixo.

	<b>2014</b>
	<u>%</u>
Taxa nominal de desconto	11,85
Rendimento esperado dos ativos do plano	-
Taxa nominal de crescimento salarial	7,83
Taxa nominal de crescimento de benefícios	5,20
Expectativa de vida em planos de previdência privada para participantes assistidos com 60 anos no Brasil:	25,0062

A expectativa estimada de benefício definido para o próximo exercício são as seguintes:

	<b>2015</b>
<b>Contribuições esperada para encerramento em dezembro de 2015</b>	
Empresa	25
Participantes	<u>64</u>
<b>Contribuições esperada para o encerramento em dezembro de 2015</b>	<b><u>89</u></b>
	<b>2015</b>
<b>Perfil de vencimento da obrigação de benefício definido</b>	
Pagamento de benefícios esperado encerramento anos fiscal em 31 de dezembro de 2015	22
Pagamento de benefícios esperado encerramento anos fiscal em 31 dezembro de 2016 a a 31- dezembro de 2024	<u>134</u>
<b>Perfil de vencimento da obrigação de benefício definido</b>	<b><u>156</u></b>
	<b>2015</b>
<b>Análise da obrigação de benefício definido por categoria do participante</b>	
Participantes ativos	186
BPDs	-
Aposentados	<u>-</u>
<b>Análise da obrigação de benefício definido por categoria do participante</b>	<b><u>186</u></b>
	<b>2015</b>
<b>Informações patrimoniais</b>	
Percentual de alocação total em 31 de dezembro de 2014	
Renda variável	23,88%
Renda fixa	75,15%
Imóveis	0,96%
Outros	<u>0,01%</u>
<b>Total</b>	<b><u>100,00%</u></b>
	<b>2015</b>
<b>Resultado do exercício</b>	
Custo de serviço corrente	17
Juros líquido sobre passivo/(ativo) líquido	<u>(1)</u>
<b>Custo reconhecido no resultado</b>	<b><u>16</u></b>
	<b>2015</b>
	%
Taxa de desconto	<b>11,85</b>
Taxa de inflação	<b>5,20</b>
Taxa de crescimento salarial	<b>7,83</b>
Taxa de crescimento de benefícios concedido	<b>5,20</b>
Taxa de crescimento de benefícios diferido	<b>5,20</b>

## **25 Limites operacionais**

### **Acordo da Basileia**

As instituições financeiras devem manter permanentemente capital (Patrimônio de Referência), compatível com os riscos de suas atividades. O Banco Central do Brasil - BACEN, através da Resolução nº 4.193/13 instituiu nova forma de apuração, com efeito, a partir de 1º de outubro de 2013.

O requerimento mínimo de PR corresponde atualmente a 11% do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA). O RWA é calculado considerando no mínimo, a soma das exposições ao risco de crédito (RWACPAD), das exposições ao risco de mercado (RWAMPAD) e do capital requerido para o risco operacional (RWAOPAD).

O índice de Basileia do Banco Randon para 31 de dezembro de 2014 é 30,89%, apurado conforme Circular nº. 3.678/13.

### **Limite de alavancagem**

Em 31 de dezembro de 2014 a Administradora encontra-se em acordo com o limite de alavancagem estabelecido na Circular nº 3.524/11 do Banco Central do Brasil.

## **26 Estrutura de gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital**

A área de Riscos do Banco em atendimento as Resoluções do Conselho Monetário Nacional nº 3.380/2006, 3.464/2007, 3.721/2009 e 3.988/2011 e 4.090/2012, destacam os principais aspectos da estrutura de gerenciamento dos riscos Operacionais, de Mercado, de Crédito, de Capital e de liquidez utilizadas pelo Banco Randon. As descrições completas destas estruturas encontram-se disponíveis para consulta no endereço eletrônico [www.bancorandon.com.br](http://www.bancorandon.com.br).

### **Risco de crédito**

O risco de crédito conforme Resolução CMN nº 3.721/2009, corresponde à possibilidade de perdas financeiras pela Instituição decorrente do não cumprimento, por parte dos tomadores ou contraparte, das suas obrigações pactuadas. Para mitigação deste risco, a Instituição adota políticas de concessão e gerenciamento de crédito baseadas, entre outros instrumentos, na avaliação da capacidade de pagamento dos tomadores e delimitação dos níveis de exposição e garantias de forma a manter as exposições a níveis aceitáveis.

### **Risco de mercado**

Risco de mercado conforme Resolução CMN nº 3.464/2007 tem como objetivo apurar valor relativo ao descasamento de taxas entre as operações ativas e as passivas, sendo o seu valor reservado no patrimônio de referência. As exposições de risco de mercado do Banco Randon, são controladas e administradas através da gestão dos descasamentos de moedas, vencimentos e taxas de juros.

### **Risco operacional**

A Resolução CMN nº 3.380/2006 dispõe sobre a implementação de estrutura de gerenciamento do risco operacional das instituições financeiras. O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Com a finalidade de gerir e mitigar o risco operacional, a área de Riscos do Banco Randon mitiga os riscos com base no levantamento dos processos, na adequação/ajustes destes, no cumprimento de normas e regras, na estrutura de monitoramento e detecção, no mapeamento dos eventos de perda, além de mensurar os impactos de perda operacional.

### **Risco de liquidez**

A Resolução nº 4.090/2012 dispõe sobre a estrutura de gerenciamento do risco de liquidez, que é representado por descasamentos no fluxo de caixa, decorrente de dificuldades em se desfazer rapidamente de um ativo ou de obter recursos, afetando a capacidade financeira de o Banco honrar suas obrigações. A área de Tesouraria diariamente, através de projeções de fluxo de caixa, monitora a posição de liquidez com o objetivo de fornecer subsídios para decisões estratégicas, visando manter o nível de liquidez da Instituição, em patamares que garantam a solvência e a continuidade de seus negócios.

### **Gerenciamento do capital**

O gerenciamento de Capital conforme Resolução 3.988/2011 compreende o monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, bem como a avaliação das necessidades de capital para fazer frente aos riscos ao qual o Banco está sujeito. A estrutura de gerenciamento do Banco Randon planeja suas metas de necessidade de capital considerando as melhores práticas de mercado e respeitando os objetivos estratégicos da instituição, bem como a complexidade e natureza de suas operações.

## **27 Cobertura de seguros**

Em 31 de dezembro de 2014, a cobertura de seguros contra riscos operacionais no Banco era composto por R\$ 336 para danos materiais (R\$ 340 em 2013).

\* \* \*

### **Conselho de Administração**

Presidente: Alexandre Randon  
Vice-Presidente: Astor Milton Schmitt  
Conselheiro: Erino Tonon

### **Diretoria**

Diretor Superintendente: Joarez José Piccinini  
Diretor Administrativo: Jaime Marchet  
Diretor Comercial: Geraldo Santa Catharina

### **Contadora**

Deise Cristina Misturini  
CRC/RS-073569/O-0